BOLETIM DA QUALIDADE

POLITÉCNICO DE COIMBRA

SISTEMA INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE

2ª EDIÇÃO | MAIO 2019

APRESENTAÇÃO

A presente edição do Boletim da Qualidade do POLITÉCNICO DE COIMBRA visa fornecer à comunidade do IPC conhecimento relativo à implementação do referencial 6 – Investigação e Desenvolvimento / Investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível, no SIGQ da nossa instituição.

01 O Instituto Politécnico de Coimbra

02 A integração do SIGQ pela A3ES com os Sistemas de Gestão da Qualidade, pela ISSO 9001

03 O Macroprocesso 04 do SIGQ do IPC – Gestão de Projetos e Desenvolvimento

04 Licenciatura de Turismo como uma boa prática de promoção da relação DIT&I com o binómio ensino/aprendizagem

05 Projetos de DIT&I na Licenciatura em Turismo

06 Evento de ID&I NO IPC – IPC2SOCIETY

07 Indicadores do IPC relativos à ID&I

08 Posicionamento do IPC nos principais instrumentos de financiamento à I&D e à Inovação

09 Constituição dos Grupos Coordenadores de Macroprocesso do SIGQ do IPC

10 A3ES | Avaliação Institucional da Comissão de Avaliação Externa

11 A3ES | Evolução dos Processos de Avaliação de Ciclos de Estudos

WORKSHOP | SISTEMA INTERNO DE GARANTIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR IMPORTÂNCIA E BENEFÍCIOS

15 MAIO

ORADOR CONVIDADO | **Professor Doutor Sérgio Machado dos Santos**
Membro executivo do Conselho de Administração da A3ES

ANFITEATRO DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE COIMBRA, ÀS 14H00
Participação com emissão de certificado. Inscreva-se em:

01. O INSITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Ensino e Aprendizagem

Investigação

Envolvimento com a comunidade

Internacionalização

POLITICA DA QUALIDADE

- Promover uma cultura de qualidade transversal aos seus eixos de missão: ensino e aprendizagem, investigação, envolvimento com a comunidade e internacionalização;
- Fomentar o envolvimento e a participação ativa das partes interessadas relevantes, internas e externas, no funcionamento da instituição, nomeadamente na definição e desenho dos procedimentos e processos;
- Auscultar de forma permanente as necessidades e expetativas das partes interessadas relevantes, procurando aumentar a satisfação das mesmas;
- Procurar a transparência em todas as atividades desenvolvidas no âmbito do SIGQ;
- Promover uma cultura institucional de qualidade e de autorresponsabilização com base na auto-avaliação regular e no subsequente controlo da implementação de melhorias e auto-prestação de contas;
- Garantir as condições necessárias à atualização do SIGQ e sua certificação pelos referenciais e normas estabelecidos como referência;
- Assegurar que as debilidades e oportunidades são identificadas, consideradas e controladas, aumentando a eficácia do SIGQ e a obtenção de melhores resultados institucionais.

SIGQ IPC
Sistema Interno de Garantia da Qualidade

02. A INTEGRAÇÃO DOS SIGQ PELA A3ES COM OS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE PELA ISO 9001

É notório que o tema da qualidade em organizações públicas é atual e de futuro. Neste âmbito, e de forma muito particular no que às Instituições de Ensino Superior Público diz respeito, é igualmente atual a discussão gerada sobre a integração das áreas de abrangência do sistema interno de garantia da qualidade da A3ES com o sistema de gestão de qualidade da ISO 9001.

Esta integração poderá traduzir-se, por exemplo, em benefícios para as IES, nomeadamente, melhoria do serviço prestado através de uma visão integradora dos processos, maior eficiência nas avaliações da A3ES, através da partilha de recursos entre as equipas de gestão de processos de qualidade e os avaliadores da A3ES e maior facilidade na implementação ao nível das melhorias do sistema de gestão da qualidade, com consequente melhoria dos resultados das avaliações da A3ES.

Também tem sido amplamente debatido o tema da simplificação de qualquer sistema da qualidade, as barreiras, o envolvimento das pessoas e a minimização dos custos associados bem como o pensamento baseado no risco no que concerne à sua criação e manutenção com especial enfoque na prevenção.

Todos os sistemas de gestão e, também, o referencial da A3ES, exigem que os mesmos sejam monitorizados, de forma a verificar a sua eficácia e a poder melhorá-lo continuamente. Pelo que a questão das auditorias, a sua relevância, as competências e o recurso a TI estão sempre presentes.

Autoria: Professora Doutora Georgina Morais, docente no ISCAC
Data: maio de 2019

03. O MACRPROCESSO 04 DO SIGQ DO IPC - GESTÃO DE PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ENQUADRAMENTO

Numa sociedade vincadamente modernizada, competitiva, mas altamente instável, a temática da integração da Investigação no Ensino Superior apresenta-se como um eixo estratégico na promoção de um Ensino Superior de Qualidade apto a habilitar os seus estudantes às exigências e necessidades do mercado de trabalho e, simultaneamente, ao meio onde se inserem.

No IPC são promovidos projetos de investigação de ID&I em parceria com outras IES ou empresas públicas e/ou de iniciativa privada, capazes de alavancar a tónica da Investigação num paralelo com o binómio ensino/aprendizagem.

Além dos projetos supramencionados, a emergência do estatuto de "docente-investigador" tem facilitado a introdução de novas metodologias de Ensino, associadas a Atividades de Desenvolvimento da Investigação, Transferência de Tecnologia + Conhecimento e Inovação (DIT&I), que combinam de forma muito eficaz uma componente teórico-prática, que possibilita aos estudantes um variado leque de competências relevantes.

LEGISLAÇÃO

REJIES (Artº. 7º)

1) *Os institutos politécnicos e demais instituições de ensino politécnico são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. (…)*

Estatutos do IPC (Artº. 2)

(..) **c)** *A formação de profissionais com competências de resolução de problemas, de trabalho cooperativo e de liderança, desenvolvendo-lhes o compromisso com o comportamento ético e com o respeito pelos outros e pela sociedade, preparando-os para serem cidadãos exigentes, informados, produtivos, responsáveis e ativamente envolvidos no desenvolvimento cultural, educacional, económico, científico, social e político da comunidade;*

d) *A realização de atividades de pesquisa e investigação aplicada;*

e) *A prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a transferência de conhecimentos e a valorização recíproca; (…)*

REFERECNIAL 6, PRECONIZADO PELA A3ES PARA O SIQG NAS IES

Investigação e desenvolvimento/ Investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível:

As políticas de investigação e desenvolvimento da instituição abordam mecanismos para promover, avaliar e melhorar a atividade científica, tecnológica, artística e de desenvolvimento profissional de alto nível adequada à sua missão institucional, nomeadamente:

- *Mecanismos de institucionalização e gestão da investigação;*
- *Mecanismos de articulação entre o ensino e a investigação, designadamente no que se refere ao contacto dos estudantes com atividades de investigação e inovação desde os primeiros anos;*
- *Mecanismos de valorização económica do conhecimento;*
- *Procedimentos de monitorização, avaliação e melhoria dos recursos humanos e materiais afetos à investigação e desenvolvimento, da produção científica, tecnológica e artística, dos resultados da valorização do conhecimento e dos resultados da articulação entre o ensino e a investigação.*

03. O MACROPROCESSO 04 DO SIGQ DO IPC - GESTÃO DE PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1º EIXO DE ATUAÇÃO

Atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I):

Centram-se na investigação aplicada e fundamental onde se incluem projetos de investigação, financiados ou não, e os resultados que daí advêm: produção científica e prestação de serviços.

Enquadra-se na atuação do I2A, ou em outros centros de investigação a que os docentes do IPC estejam afetos. Os projetos de investigação são um importante instrumento no planeamento e desenvolvimento das atividades do IPC e no seu respetivo financiamento, nomeadamente através dos fundos comunitários facultados, que se revelam uma oportunidade de apoio à prossecução da missão da instituição que, além da formação multidimensional dos estudantes e da preparação para o mercado de trabalho, também abrange:

- A pesquisa e a investigação científica aplicadas;
- A transferência e valorização económica de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade;
- O intercâmbio e cooperação com instituições, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- A criação de um ambiente de debate, criatividade e fomento do desenvolvimento pessoal e social, da inovação e do empreendedorismo.

2º EIXO DE ATUAÇÃO

Atividades de Desenvolvimento da Investigação, Transferência de Tecnologia + Conhecimento e Inovação (DIT&I):

Desenvolvem-se numa relação direta com o binómio ensino/aprendizagem. Nas atividades de DIT&I os estudantes são, com orientação dos docentes, parte envolvida e interveniente. Estas atividades ocorrem de forma previamente planeadas e conforme previsto nos planos de estudos dos diferentes ciclos de estudos.

Assenta num conjunto de metodologias alternativas, e.g. *Problem Based Learning (PBL)*, que recorrem a um tipo de aprendizagem ativa para promoção do desenvolvimento de competências, atitudes e aptidões específicas dos estudantes durante a sua formação, integrando a teoria com a prática.

PROCESSOS DEFINIDOS NO ÂMBITO DO MP04:

Processo_04.01	Apresentação de candidatura de projeto de investigação a programa de financiamento
Processo_04.02	Credenciação para Submissão, Contratualização e Arranque do Projeto
Processo_04.03	Comunicação, Informação e Divulgação de Projetos Financiados
Processo_04.04	Submissão dos Pedidos de Reembolso
Processo_04.05	Imputação de Despesas Relativas a RH aos Projetos Cofinanciados
Processo_04.06	Monitorização e Acompanhamento do Projeto
Processo_04.07	Aquisição de Bens e Serviços Associados a Projetos Financiados
Processo_04.08	Organização Documental e Gestão de Informação
Processo_04.09	Promoção, monitorização e avaliação da produção científica
Processo_04.10	Gestão das atividades de Desenvolvimento da Investigação, Transferência de Tecnologia e Conhecimento, e Inovação

04. A LICENCIATURA DE TURISMO COMO UMA BOA PRÁTICA DE PROMOÇÃO DA RELAÇÃO DIT&I COM O BINÓMIO ENSINO/APRENDIZAGEM

O curso de licenciatura em Turismo da ESEC promove diversas atividades no âmbito do Desenvolvimento da Investigação, Transferência de Tecnologia + Conhecimento e Inovação (DIT&I), transversais a várias unidades curriculares do ciclo de estudos. A unidade curricular de Estágio/Projeto constitui um bom exemplo dessa ligação, pelas competências e atitudes que proporciona no âmbito da ponte estabelecida entre o projeto de investigação aplicada ao contexto do estágio. Sendo esta UC determinante para a integração dos estudantes no mercado de trabalho, a metodologia em que assentam os projetos de investigação estimula, por um lado, a autonomia científica do estudante em contexto real, integrado na instituição de acolhimento do estágio, ao mesmo tempo que proporciona uma oportunidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso para a criação de valor e inovação para as instituições/empresas do setor turístico.

FATORES DETERMINANTES PARA A INTEGRAÇÃO, COM SUCESSO, DO ESTUDANTE NA ENTIDADE DE ESTÁGIO:

- Adequação do perfil do estudante à realidade de cada instituição de acolhimento, o que implica um profundo conhecimento do mercado e dos estudantes a colocar, por parte dos docentes orientadores.
- Auscultação das preferências do estudante, ao nível da tipologia de atividade a desenvolver, área geográfica e temática de investigação, ajustando-as às necessidades reais das empresas.

METODOLOGIA APLICADA:

- Trabalho de revisão da literatura sobre a área de conhecimento e inovação a aplicar no contexto real da empresa.
- Recolha de dados primários e secundários, nomeadamente através da observação direta e indireta, bem como da realização de entrevistas ou inquéritos por questionário no decorrer do estágio.
- Tratamento e análise dos dados obtidos, estabelecendo a ponte entre a literatura, competências adquiridas no curso e experiência vivenciada com a prática do estágio.
- Análise crítica, recomendações e/ou propostas de desenvolvimento.

RESULTADOS OBTIDOS - DIFERENTES TIPOLOGIAS DE TRABALHOS:

1) Trabalhos de cariz científico, que estimulam muitas vezes o prosseguimento de estudos académicos pós-graduados por parte do estudante.
2) Trabalhos de reflexão sobre a atividade desenvolvida em termos de aprendizagem, aquisição de competências profissionais e interpessoais e contributo para as empresas.
3) Trabalhos de cariz mais prático e operacional, do ponto de vista das instituições de acolhimento, originando, em alguns casos, a criação do próprio posto de trabalho do estudante.

Autoria: Professoras Doutoras Susana Lima e Eugénia Devile, docentes na ESEC
Data: maio de 2019

05. PROJETOS DE DIT&I NA LICENCIATURA DE TURISMO

Um novo itinerário turístico: Exploração da cerveja artesanal

Respondendo ao desafio lançado pelo responsável de uma empresa de animação turística do Porto para desenvolver um novo produto, exclusivo e que pudesse acrescentar valor à empresa e diferenciá-la da concorrência, foi proposto por um estudante a conceção de um novo itinerário turístico com base na produção de cerveja artesanal daquela cidade. A conjugação da orientação académica do trabalho de investigação para a criação deste novo produto, que permitiu consolidar as bases teóricas sobre os fundamentos e análise das tendências e a conceção de itinerários turísticos e *benchmarking* em torno da exploração da cerveja artesanal, aliada à supervisão do orientador da empresa para o levantamento, visita aos principais locais de produção, comercialização e teste com clientes, permitiu uma efetiva transferência de conhecimento e inovação. Levando a que, no final, o estudante fosse contratado para dar seguimento ao novo itinerário turístico por si criado.

"Turismofobia"

No âmbito de um estágio realizado num hostel em Barcelona, ao abrigo do Programa Erasmus, foi desenvolvido um trabalho de investigação mais focado no destino do que na empresa em si, intitulado "Barcelona: do sucesso económico à turismofobia". Este projeto tinha como objetivo principal analisar o contexto que levou Barcelona a tornar-se numa cidade de sucesso a vários níveis e, enquanto destino turístico massificado, ao fenómeno designado de turismofobia. Associando a sua prática curricular com a sua experiência enquanto turista e residente, e tendo por base a revisão da literatura sobre esta área emergente da investigação científica em turismo, a aluna chegou a um conjunto de conclusões relevantes e recomendações com possível aplicação a destinos com problemas idênticos.

Potencial do turismo gastronómico em São Tomé e Príncipe

Da vontade de uma aluna de São Tomé e Príncipe (STP) em dar um contributo académico para o desenvolvimento do turismo gastronómico no seu país de origem, e com base na sua experiência de trabalho num restaurante de Coimbra dedicado à gastronomia da Lusofonia, nasceu um projeto de investigação sobre o potencial do turismo gastronómico em São Tomé e Príncipe. Foi com a sua experiência profissional, assente na gastronomia lusófona, que se apercebeu da falta de informação e conhecimento sistematizado sobre as tradições gastronómicas do seu país. Assim, estabeleceu como objetivo principal do seu trabalho a identificação do potencial da cultura gastronómica santomense como produto turístico. Começou pro identificar a oferta gastronómica do país e analisar casos de boas práticas de exploração do turismo gastronómico em Portugal, avaliando o potencial de desenvolvimento deste produto adaptado à realidade específica de STP. O projeto culminou, assim, com a apresentação de uma proposta concreta para a dinamização do turismo gastronómico em STP e a discussão dos seus possíveis impactos para a comunidade local.

06. EVENTO DE ID&I NO IPC – IPC2SOCIETY

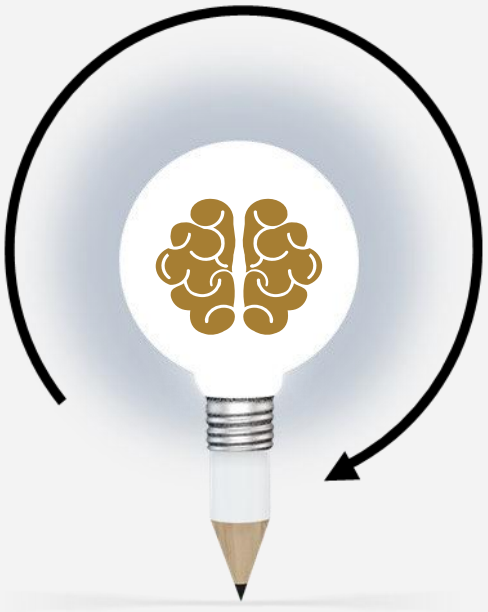
No passado dia 11 de abril, o IPC2SOCIETY deu a conhecer "50 dos mais inovadores projetos de investigação" desenvolvidos no Instituto de Investigação Aplicada (I2A) do IPC.

Admitindo, a multidisciplinaridade da Ciência, o evento integrou projetos das diversas áreas do Conhecimento, nomeadamente as Ciências Agrárias, o Ambiente, as Ciências da Educação, Artes e Design, a Informática, Tecnologias e Engenharias e a Saúde, entre outras.

O IPC2SOCIETY decorreu no seguimento de dois projetos em curso no IPC - o Lab2Factory e o INOV C, financiados pelo FEDER, através do Programa Operacional CENTRO 2020.

"O IPC2SOCIETY foi criado com o objetivo de contribuir para uma maior visibilidade dos projetos dos nossos investigadores, e fomentar a criação de parcerias sólidas com os diferentes agentes regionais, nomeadamente PME, tendo em vista a obtenção de soluções inovadoras e o desenvolvimento sustentável. Com uma clara aposta na prestação de serviços à comunidade e no desenvolvimento de projetos em copromoção empresarial, o IPC, através do i2a, dos diversos laboratórios associados e do Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade (CERNAS), tem procurado promover, estimular e apoiar os vários projetos de investigação, ao mesmo tempo que incentiva a transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial e comunidade", avançou Carlos Dias Pereira, Diretor do I2A.

Como explicou Cândida Malça, Vice-presidente do IPC, *"sendo uma estrutura transversal a todo o IPC, o I2A assegura o enquadramento institucional às atividades de IDT&I de cerca de 620 investigadores, 250 dos quais doutorados, que desenvolvem trabalho nas mais variadas áreas do saber técnico-científico nas diferentes unidades orgânicas de ensino que integram o IPC"*.



ALGUNS PROJETOS APRESENTADOS NO IPC2SOCIETY

1. Solução para valorização decompostos bioativos

2. Sistema de prevenção de quedas para idosos

3. Programa de tratamento de lesões da cartilagem

4. Novo tipo de betão estrutural

5. Novos produtos alimentares

07. INDICADORES DO IPC RELATIVOS À ID&I

PROJETOS DE I&D E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	DADOS GLOBAIS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018	ANO 2018
Despesa corrente em ID&I por docente doutorado ETI	2 545,88 €	_
Montante anual cobrado em projetos de Investigação por Docente ETI	2 027,85 €	_
Número de projetos de investigação e desenvolvimento internacionais contratualizados	10	1
Montante total contratualizado em projetos de investigação e desenvolvimento internacionais	1 772 748,23 €	102 973,00 €
Número de projetos de investigação e desenvolvimento nacionais contratualizados	45	11
Montante total contratualizado em projetos de investigação e desenvolvimento nacionais	4 160 462,39 €	1 064 524,36 €
Montante anual cobrado em projetos de investigação e desenvolvimento internacionais + nacionais	1 158 103,92 €	_
Número de Projetos de Prestação de Serviços contratualizados	4	2
Montante total contratualizado em Projetos de Prestação de Serviços	96 706,63 €	10 965,70 €
Número de protocolos de parceria com empresas / PS	_	9
Número de novos projetos de ID com empresas	_	5

Percentagem de financiamento em Atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) face ao orçamento global do IPC - 2018	4,0%
Percentagem de financiamento externo de Projetos de Investigação face ao orçamento global do IPC - 2018	3,3%
Percentagem de financiamento externo de Projetos de Investigação face ao orçamento global para as Atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) - 2018	82,7%

07. INDICADORES DO IPC RELATIVOS À ID&I

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	2018	REFERÊNCIAS
Posicionamento no ranking Ibero-americano	186ª no ranking Global 15ª no ranking Nacional	Num total de 592 posições globais e 61 posições nacionais.
Impacto normalizado das publicações do IPC	0,81	Cálculo pela metodologia do Instituto Karolinska. A referência da média mundial é 1.
Percentagem de publicações no primeiro quartil (Q1)	30,77%	Publicações nas revistas situadas no 1º quartil de cada categoria do conhecimento, de acordo com os indicadores estabelecidos no Scimago Journal Rank.
Percentagem de publicações no top 10% de artigos mais citados (Excelente)	10,64%	Publicações nas revistas situadas nos 10% mais citadas de cada categoria do conhecimento, de acordo com os indicadores estabelecidos no Scimago Journal Rank.
Número de publicações na base de dados Scopus	267	
Número de citações na base de dados Scopus	140	

PROPRIEDADE INTELECTUAL DO IPC – REGISTO NO INPI

		2017 -2018	2019	NOTAS
PATENTES	Pedidas Nacionais	7	2	Duas das patentes nacionais são em cotitularidade com outras Instituições.
	Pedidas Internacionais	–	2	Um pedido de patente submetido como pedido internacional e um segundo pedido resultante da conversão do pedido provisório de patente nacional pedido em 2018 para pedido internacional em 2019.
	Concedidas Nacionais	1	–	Pedido submetido em janeiro de 2015.
MODELOS DE UTILIDADE PORTUGUÊS	Pedidos	1	–	Estudo em curso.
	Concedidos	3	1	Dois dos MUT são em cotitularidade com outras Instituições.

08. POSICIONAMENTO DO IPC NOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO À I&D E À INOVAÇÃO

"A ANI — Agência Nacional de Inovação, S. A., tem por objeto o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, contribuindo para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação (SNI) e para o reforço da competitividade da economia nacional nos mercados globais."

Em março de 2019, a ANI procedeu a um trabalho de investigação que pretendeu "analisar a participação dos Institutos Superiores Politécnicos nos principais instrumentos de financiamento à I&D e à inovação disponíveis em Portugal na última década" (ANI, 2019).

Índices do IPC nos diversos rankings nomeadamente, nos que dizem respeito a projetos de I&D financiados, no âmbito do Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN), da Estratégia Europeia Horizonte2020 e ainda da Estratégia Portugal 2020:

PROJETOS DO H2020

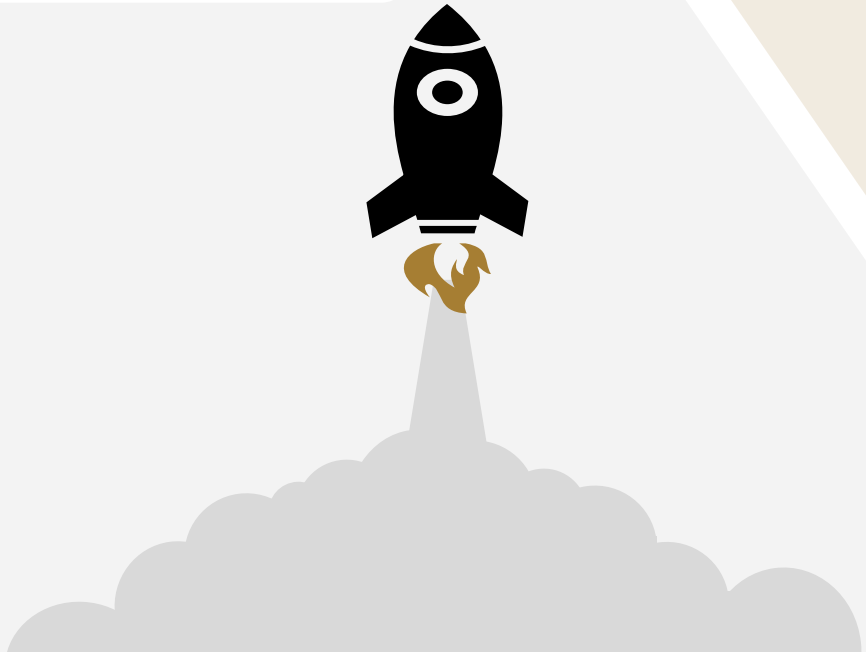
Candidaturas aprovadas: 24%
2º | ranking nacional

Total de financiamento: 1063, 62 M
3º | ranking nacional

PROJETOS DO QREN e PT2020

Candidaturas aprovadas: 43
2º | ranking nacional

Total de incentivos: 2174,4 M
6º| ranking nacional



09. CONSITITUIÇÃO DOS GRUPOS COORDENADORES DE MACROPROCESSO do SIGQ DO IPC

Para garantir a total integração de todas as Unidades Orgânicas do IPC no SIGQ, encontram-se previstas algumas estruturas de responsabilidade de atuação, nomeadamente, os Grupos Coordenadores de Macroprocesso (GCMP), aos quais compete:

- a adequação, articulação e revisão do conteúdo descrito no Macroprocesso;
- a análise da viabilidade de uniformização de processos;
- a identificação das melhores práticas;
- a concretização de ações de benchmarking pela análise dos indicadores, resultados de auditorias internas, reclamações, elogios e sugestões respeitantes ao MP;
- a promoção da melhoria contínua dos processos.

MP01 | GESTÃO ESTRATÉGICA, GOVERNAÇÃO E GARANTIA DA QUALIDADE

RESPONSÁVEL DO GCMP: Georgina Morais (ISCAC)

Daniel Gomes (SC), Carlos Dias Pereira (I2A), João Noronha (ESAC), Rui Antunes (ESEC), Marta Vasconcelos (ESTESC), Isabel Marques (ESTGOH), Adélio Saraiva (ISCAC), Pedro Carrana (ISEC)

MP02 | GESTÃO DA OFERTA FORMATIVA, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

RESPONSÁVEL DO GCMP: Maria do Céu Faulhaber (ISEC)

Carla Xambre (SC); Maria José Cunha (ESAC); Sofia Silva (ESEC); António Carvalho Santos (ESTESC); Marisa Toste (ESTGOH); Elisabete Neves (ISCAC); José Matias Lopes (ISEC)

MP03 | GESTÃO DA ESTRATÉGICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

RESPONSÁVEL DO GCMP: Marta Vasconcelos (ESTeSC)

Maria João Cardoso (SC); Jorge Moreira (I2A); Manuela Abelho (ESAC); Pedro Custódio Balaus (ESEC); Fernando Mendes (ESTESC); António Paulino (ESTGOH); Ana Cristina Amaro (ISCAC); Luís Castro (ISEC)

MP04 | GESTÃO DE PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

RESPONSÁVEL DO GCMP: Maria José Cunha (ESAC) + Carlos Dias Pereira (I2A)

Carlos Dias Pereira (I2A); Jorge Moreira (I2A); João Noronha (ESAC); Susana Lima (ESEC); Graciano Paulo (ESTESC); Pedro Espírito Santo (ESTGOH); Carla Henriques (ISCAC); Cristiana Duarte (ISEC)

MP05 | GESTÃO DA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE E COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

RESPONSÁVEL DO GCMP: César Nogueira (ESEC)

Jorge Moreira (I2A); Rui Amaro (ESAC); Cesár Nogueira (ESEC); Margarida Serrano (ESTESC); António Paulino (ESTGOH); Wander Carvalho (ISCAC); Pedro Carrana (ISEC)

MP05 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

RESPONSÁVEL DO GCMP: Marisa Toste (ESTGOH)

João Montezuma (SC); Jorge Moreira (I2A); Ana Cristina Borges (ESAC); Cesar Nogueira (ESEC); António Carvalho Santos (ESTESC); Sandra Cruz (ESTGOH); Isabel Lemos (ISCAC); Carla Susana Teixeira (ISEC)

MP06 | GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS

RESPONSÁVEL DO GCMP: Patrícia Almeida (SAS) + Daniel Gomes (SC)

José Gaspar (SC); Ana Ferreira (SC); Daniel Gomes (SC); João Lobato (SAS); Cristina Faria (SC) Marta Gabriel (SAS); Ana Paula Baeta (SAS); Jorge Martinho (SC); José Silva (SC); Carla Tomé (SC); Gina Carlos (SC); Jorge Moreira (I2A); Rui Amaro (ESAC); Fátima Oliveira (ESEC); Jorge Balteiro (ESTESC); Anabela Marques (ESTGOH); Hélder Canais (ISCAC); Carla Susana Teixeira (ISEC).

10. A3ES | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior em Portugal (Lei 38/2007), encontra-se prevista a avaliação institucional a qual tem por objeto a qualidade do desempenho dos estabelecimentos de ensino superior, medindo o grau de cumprimento da sua missão, através de parâmetros de desempenho relacionados com a respetiva atuação e com os resultados dela decorrentes, devendo ainda ter por referencial as boas práticas internacionais na matéria.

Após o primeiro ciclo completo de avaliação/acreditação (2011/2012 a 2015/2016) a A3ES realizou, no ano de 2017, o processo de avaliação institucional.

O Instituto Politécnico de Coimbra submeteu o seu relatório de autoavaliação em julho de 2017 e recebeu a visita da Comissão de Avaliação Externa a 13 e 14 de dezembro de 2018. A 28 de março de 2019 foi remetido ao IPC o Relatório Preliminar da CAE, no qual é recomendada a *acreditação condicional*.

A Comissão de Avaliação Externa salienta que o IPC apresenta os seguintes **PONTES FORTES**, entre outros e sem preocupação de ordem de importância:

- Boa procura de várias ofertas formativas;
- Oferta formativa bem enquadrada no âmbito da sua missão;
- Boa taxa de empregabilidade dos diplomados, nas áreas de formação, na maior parte das UO;
- Bom rácio Estudantes/Doutorados + Especialistas (exceto no ISCAC considerando ETI);
- Evidente compromisso e esforço do IPC (Presidência e Conselho Geral) em caminhar no sentido de aumentar/estabelecer a coesão das diferentes UO fomentando a identidade institucional;
- Existência de procedimentos de avaliação do desempenho do corpo docente (embora diferindo nas várias UO e necessitando de harmonização):
- Criação de um IIA com o objetivo de apoiar e incentivar as atividades de investigação científica e prestação de serviços;
- Corpo docente com relativamente elevado número de Doutorados em regime de tempo integral;
- Evidentes esforços no sentido de desenvolver, na totalidade, e implementar um SIGQ institucional.

10. A3ES | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

A acreditação condicional é fundamentada, pela CAE, num conjunto de evidências em que o Politécnico se apresenta deficitário nomeadamente através da identificação dos seguintes **PONTOS FARCOS**, "entre outros e também sem preocupação de ordem de importância":

Não conformidade com os requisitos legais em número de Especialistas, (artigo 49 nº 1 do RJIES);

Não disponibilização para o exterior de toda a informação pública prevista na Lei (ver A12.2);

Percentagem de professores de carreira inferior ao estipulado no ECDESP, se calculados em número;

SIGQ ainda não totalmente desenvolvido e implementado;

Conselho Pedagógico do ISEC não obedecendo ao estabelecido no RJIES;

Provedor do Estudante simultaneamente lecionando na instituição;

Deficiente coesão institucional. Estatutos muito diversificados nas diferentes UO;

Taxas de insucesso e de abandono elevadas em algumas ofertas formativas;

Instalações com dificuldades nomeadamente resultantes das necessidades de obras de conservação;

Necessidade de criação de um repositório da instituição garantindo a monitorização e divulgação dos resultados da investigação científica;

Investigação orientada, prestação de serviços e colaboração nacional e internacional com boa margem de melhoria em praticamente todas as UO;

OPORTUNIDADES DE MELHORIA, "entre outras, recomenda-se:

- Adotar um a política de recrutamento que atenda às necessidades de Especialistas;
- Desenvolver e implementar adequadamente o SIGQ;
- Disponibilizar para o exterior, toda a informação prevista na lei;
- Isentar de serviço docente o Provedor do Estudante, de modo a garantir a sua isenção e imparcialidade;
- Continuar a desenvolver esforços no sentido de aumentar a coesão institucional;
- Incrementar as atividades de investigação orientada, prestação de serviços e colaboração nacional e internacional;
- Aumentar a publicação de artigos científicos em revistas indexadas, nas áreas com maiores debilidades;
- Procurar, junto das UO com maiores debilidades em algumas das ofertas formativas, encontrar soluções para melhorar o sucesso escolar, em particular através do combate ao abandono;
- Corrigir, na medida do possível, as deficiências a nível de instalações e equipamento, desenvolvendo esforços para aumentar as disponibilidades financeiras, em particular através do aumento das receitas próprias e, também, junto da tutela.

10. A3ES | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

RECOMENDAÇÃO FINAL DA CAE: ACREDITAR SEM CONDIÇÕES

Condições a cumprir de imediato:

- Desenvolver e implementar na totalidade o SIGQ;
- Disponibilizar para o exterior toda a informação prevista na lei;
- Providenciar no sentido de garantir que o CP do ISEC obedece ao estabelecido no RJIES.

No prazo de 1 ano, demonstrar a implementação do SIGQ + **No prazo de 3 anos**, aumentar o número de Especialistas com vista ao cumprimento do artigo 49º nº.1 do RJIES, com especial atenção às UO com maiores debilidades; demonstrar melhoria das atividades de investigação orientada, prestação de serviços e colaboração nacional e internacional.

Reconhecendo que a análise realizada pela CAE à Instituição constituiu uma excelente ferramenta para a promoção da melhoria, contribuindo para o percurso que o IPC ambiciona realizar tendo como objetivo o seu posicionamento enquanto instituição de referência no panorama nacional e internacional, foi apresentado em sede pronúncia as seguintes ações para redução das fragilidades identificadas:

1) A informação que legalmente deverá ser publicitada já se encontra disponível no portal institucional, sendo que, neste âmbito, foi já definido um processo para estabelecer as responsabilidades sobre cada matéria a publicitar, bem como os responsáveis por garantir a sua publicitação e os prazos de verificação. Salienta-se ainda, para que este processo seja mais ágil e a consulta da informação mais facilitada está prevista uma reestruturação do portal institucional.

2) Na sequência da recente publicação em Diário da República dos Estatutos do IPC, e da necessária revisão dos estatutos das UOE, serão corrigidas todas as situações não conformes com a Lei, nomeadamente as questões associadas aos órgãos de gestão.

3) Relativamente ao cumprimento do artigo 49º nº 1 do RJIES, o IPC implementará uma estratégia de contratação de docentes a tempo parcial.

4) No que concerne à implementação de ações que conduzam à melhoria das atividades de investigação orientada e à prestação de serviços, quer no regulamento de prestação de serviço docente, atualmente em revisão, quer no regulamento de avaliação de desempenho estão previstas normas que valorizam as atividades de investigação e de prestação de serviços e transferência de conhecimento, possibilitando a redução de carga letiva em função de necessidades e de interesse por parte dos docentes, sempre que existam condições (receitas geradas) para a compensação dessa redução. Desta forma, admite-se que se originará uma maior flexibilidade da prestação de serviço docente ao longo da carreira e se incrementará uma maior ligação entre a atividade letiva e a de investigação, bem como da transferência de conhecimento com reflexos positivos no desempenho global da Instituição. Mais se informa, que o IIA vai ser alvo de uma restruturação de forma a promover a capacidade para criar sinergias entre os investigadores e incrementar o número de candidaturas a projetos de investigação e a colaborar ativamente na internacionalização. Vai, ainda, ser criado na presidência do Politécnico um pelouro dedicado à ligação às empresas e autarquias, fomentando a prestação de serviços e a colaboração com o exterior.

11. A3ES | EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE CICLOS DE ESTUDOS

PEDIDO ESPECIAL DE RENOVAÇÃO DA ACREDITAÇÃO DE CICLOS DE ESTUDOS NÃO ALINHADOS (PERA)

2017/2018

EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO

ISCAC **Licenciatura** | Secretariado de Direção e Administração

EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO

ESTeSC **Mestrado** | Farmácia, Especialização Aplicada
*Por um período de **4 anos, sem condições.**

ISEC **Mestrado** | Instrumentação Biomédica
*Por um período de **2 anos, sem condições**

2018/2019

EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO

ESAC **Licenciatura** | Ciências Florestais e Recursos Naturais

Gostaria de sugerir temáticas para o nosso Boletim da Qualidade?
E/ou tem vontade de participar na elaboração do mesmo?
Se **SIM**, envie-nos resposta para:
sigqualidade@ipc.pt